

DIÁRIO OFICIAL EL

ANO XII – № 2709 – Edição Extra| Campo Grande-MS | quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 – 2 páginas

CORPO DELIBERATIVO	
Presidente_	Conselheiro Iran Coelho das Neves
Presidente Vice-Presidente	
Corregedor-Geral	
Ouvidor	
Diretor da Escola Superior de Controle Externo	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Conselheiro	
Conselheiro	
	\$
1ª C	ÂMARA
Presidente	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	
2ª C	ÂMARA
Presidente	
	_
Conselheiro Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
conscincing	osmar bomingaes seronymo
AUL	DITORIA
Coordenador da Auditoria	Auditora Patrícia Sarmento dos Santos
Subcoordenador da Auditoria	
Auditor	
MANUSTÉRIO DE	ÚBLICO DE CONTAS
WIINISTERIO PC	DELICO DE CONTAS
Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral-Adjunto de Contas	
	,
SUI	MÁRIO
ATOS PROCESSUAIS	2
	SLAÇÃO
	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno	<u>Resolução nº 98/2018</u>



ATOS PROCESSUAIS

Conselheiro Marcio Monteiro

Despacho

DESPACHO DSP - G.MCM - 37016/2020

PROTOCOLO : 2080235

ÓRGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO **JURISDICIONADO** : EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO

TIPO DOCUMENTO : EDITAL E ANEXOS - CONTROLE PRÉVIO CONTRATAÇÃO RESULTANTE DE LICITAÇÃO

CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE E REGULARIDADE – ATUAÇÃO *EX OFFICIO* DESTA CORTE DE CONTAS – NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO JURISDICIONADO

Vistos, etc.

Cuida-se de Controle Prévio de Procedimento Licitatório, realizado pela Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, sobre o Edital de Licitação- Concorrência nº 001/2020-GL/SED, promovido pela Secretaria Estadual de Educação – SED, tendo por objeto a seleção da melhor proposta para construção do complexo poliesportivo no município de Maracaju/MS.

Em exame prévio do certame público, a Equipe Técnica verificou que a licitação em análise apresenta indícios de irregularidades, consistentes nos seguintes fatos: i) publicidade insuficiente; ii) obrigatoriedade do comparecimento na reunião de abertura dos invólucros; iii) não permissão da participação de arquitetos no certame; e iv) cumulação de garantias.

Diante a questão fática alegada, requestaram os Auditores pela concessão de medida cautelar, a fim de paralisar o andamento do certame.

A Sessão Pública para o recebimento das propostas encontra-se marcada para o dia 28 de dezembro de 2020.

Os autos vieram-me conclusos para apreciação.

Na particular hipótese dos autos, levando em consideração a natureza das supostas irregularidades apontadas, o oferecimento de esclarecimentos por parte do Gestor é medida que melhor se adequa.

Além disso, nada impede que o próprio jurisdicionado, no exercício da autotutela, promova a anulação ou correções no certame, caso considere pertinentes os apontamentos feitos pela Divisão Especializada desta Corte de Contas.

Ante o exposto, **DETERMINO** a intimação da Sra. Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretaria de Estado de Educação, para, no prazo de 5 dias, nos termos do artigo 202, inciso IV, do RITCE/MS, apresentar todas as justificativas e informações/documentos para uma completa apreciação da matéria em apreço, especialmente com o encaminhamento de eventual ata da sessão pública.

Após, conclusão ao Conselheiro Plantonista.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 17 de dezembro de 2020.

MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Conselheiro

